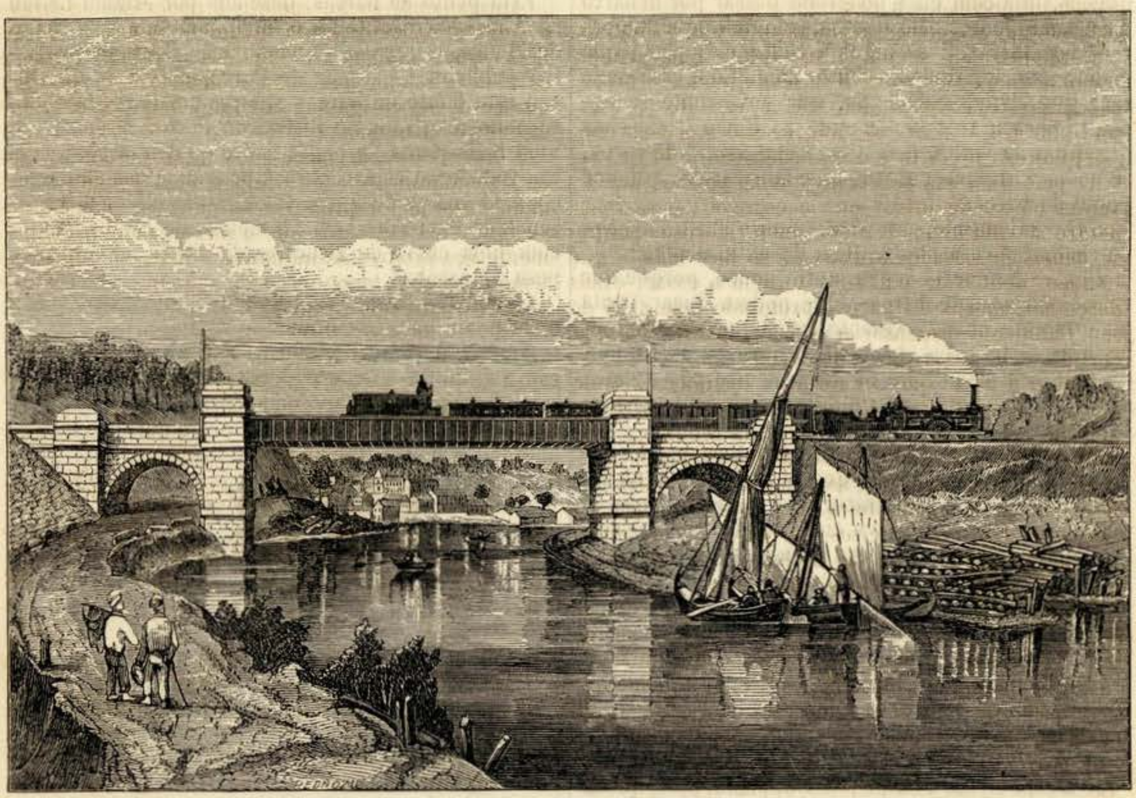


Ponte de Sacavem — Desenho e gravura de Pedroso

Duas legoas ao oriente de Lisboa, nas margens de um rio que do Tojal vem desembocar no Tejo, fica o logar ou povoação de Sacavem, hoje mui pobre e mesquinha, apesar da visinhança do caminho de ferro de léste, que alli tem a ponte que a nossa gravura representa.

Sobre o braço de mar que o Tejo mette por esta terra dentro, tem havido já quatro pontes. A primeira edificada pelos romanos, a segunda por Bento de Moura, a terceira pela companhia da nova estrada de Lisboa ao Porto, a quarta pela companhia do caminho de ferro de léste.

A respeito da que houve no tempo dos romanos, apenas se sabe o que diz Francisco Dolanda no tratado *«da fabrica que fallece á cidade de Lisboa»*, que ainda se conserva manuscripto. O tratado foi escripto em 1571, e dirigido a el-rei D. Sebastião, e n'elle fallando das pontes que os romanos edificaram em Portugal diz: A primeira d'ellas foi sobre o rio de Sacavem, como vêmos claros e manifestos o comêço e o fim, e esta deve Vossa Alteza mandar reedificar, porque é proveitosa muito, e tambem para passar por ella a corte, sem o rodeio de ir ao Tojal.

Os vestigios d'esta ponte ainda existiam ao tempo que escreveu Miguel Leitão de Andrade, em 1629, a sua *Miscellanea*, livro hoje mui raro, por isso transcreveremos d'elle a parte do Dialogo II, onde deplora não se ter levantado a caida ponte de Sacavem, e que se conserve uma pequena barca de passagem, a qual n'esse tempo dava de renda o duque de Bragança.

São interlocutores Galeaço e Devoto. Vão de passeio, e chegando perto do rio de Sacavem, proseguem o dialogo n'estes termos:

Gal. — Apertemos o passo que parece váe desamarrando esta barca de Sacavem.

Dev. — Ó da barca!

Gal. — Paciencia, que já havemos de esperar que torne.

Dev. — Esta é uma coisa em que eu a perco, haver de estar Lisboa como enfreada com esta barca, contra sua nobreza e commodidade de seus moradores e caminhantes, podendo tão facilmente haver aqui uma ponte de barcas como em Sevilha, a pouco custo ou sem algum.

Gal. — Alguma coisa deve haver n'isso de por meio, pois se não faz, sendo notoriamente tão necessaria e util.

Dev. — Nenhuma que eu saiba, se não se for por se não prejudicar a renda que o duque de Bragança tem d'esta barca, que se lhe arrenda em trezentos mil réis cada anno, tendo-a visto muitos, que hoje são vivos, andar arrendada em dez ou doze mil, e pagar a tres réis cada pessoa a cavallo, e agora a vinte, pelo grande descuido dos da camara de Lisboa.

Gal. — Não parece dever ser a causa isso que dizeis do duque, que sendo um principe mui grandioso, não lhe devem de vir em consideração essas pouquidades, em respeito do bem commum e grandeza de Lisboa, á qual, se lh'o pedisse, largaria muito facilmente esta barca.

Dev. — Se isto não é, menos o deve ser o que dizem, que é por causa das naus a que n'este rio se dá querena, pois além de que já aqui se lhes não dá, senão da banda d'além, era facil abrir-se essa ponte, e passada a nau tornar-se a fechar, ou fazer-se onde as naus podessem dar querena para a banda do mar.

Nem menos o deve ser a passagem dos barcos que navegam o rio a cima, que podiam tirar os mastros e passar; quanto mais que os d'este rio são tão pequenos, que com elles poderiam passar por debaixo da mesma ponte, pelo que a razão do duque me parece consideravel, se alguma causa o impede, que podéra isso ter remedio muito facil. Com esse meio real que chamam de agua, que novamente se impoz [1], para a trazida da agua ao Rocio [2], em cada quartilho de vinho, e real em cada arratel de carne, se poderia satisfazer ao duque, e fabricar-se aqui uma ponte de barcas.

Gal. — Comtudo, me parece muito custo haver-se de sustentar essa ponte, além do feitio d'ella.

Dev. — Não seria senão muito pouco, porque que coisas são as sete barcas, que podem durar trinta ou quarenta annos? Quanto mais que só as cavalgaduras, a tres réis, bastava bem a esse custo, porque tambem acudiriam os gados a esta passagem.

Gal. — Tambem haveria difficuldades e brigas sobre essa paga.

Dev. — Se na barca isso não acontece, menos seria na ponte, quanto mais que se poderia pôr na entrada uma porta, e cessaria esse inconveniente. E eu digo isto em caso que a cidade a não podesse sustentar de graça, o que fôra grande nobreza de Lisboa, a que primeiro houvera de acudir que a outras coisas menos necessarias e menos nobres. Pois vemos que quando Lisboa era nada, em comparação do que hoje é, tinha aqui ponte de pedra, segundo agora parece nos pedaços de peares que d'ella alli vêdes, d'esta banda e da outra.

Gal. — Isso seria ha muitos mil annos, em tempo que este rio seria mais estreito e menos fundo.

Dev. — A largura é a mesma, segundo mostram os vestigios dos peares que vêdes, que chega o rio a elles, e não passa; quanto a profundidade, ainda que seja mais, o que não sabemos, comtudo, bem se podéra refazer de pedra, que no fundo devem estar os alicerces ou bases dos peares, quanto mais que a arte de architectura, com dinheiro, muito alcança e póde, para se fazer de um só arco, pois dizem que é infinita esta arte.

Por onde digno era da grandeza de Lisboa haver aqui uma famosa ponte de pedra, ainda que se fintasse para isso todo o reino.

Gal. — Já nos contentáramos com ella de barcas.

Dev. — Porém aqui, não ha esses milhares de annos que cuidaes, havia essa ponte de pedra, porque no tempo que el-rei D. Affonso Henriques, primeiro de Portugal, cercou Lisboa e a tomou aos moiros, estando sobre ella, teve aviso como a vinham soccorrer os moiros da comarca de Alemquer. E sabendo haviam de passar por esta ponte de Sacavem, lhes mandou tomar o passo com gente de cavallo (que não podia ser muita), os quaes achando já os moiros, que quasi todos a tinham passado, tiveram com elles uma muito perigosa e desegual batalha, porque sendo muito poucos e os moiros muitos, já a não poderam escusar sem se perderem, e d'elles houveram uma muito signalada victoria n'esté plano; onde disseram depois os moiros, verem uma mulher que os cegava, e os desbaratou, que foi a Virgem Nossa Senhora, a cuja honra, e por memoria d'esta victoria, se edificou aquella egreja que alli vêdes. A qual, n'estes annos (1576), reedificou Miguel de Moura, que foi um dos cinco governadores que el-rei Filippe, primeiro d'este reino, deixou n'elle, fundando aqui aquelle mosteiro tão religioso de Capuchinas. E a esta egreja chamaram então, egreja de Nossa Senhora dos Martyres, pelos cavalleiros que n'ella foram sepultados, que aqui, n'esta batalha pelejando foram mortos; que n'aquelle tempo chamavam martyres a todos que, pelejando contra moiros, eram mortos.»

[1] Por alvará de 4 nov. 1589.
[2] Brevemente fallaremos do chafariz que havia n'esta praça, e foi demolido por aviso regio de 9 de março de 1786.

Esta ponte de barcas, desejada por Miguel Leitão de Andrade, inventou-a o infeliz mathematico Bento de Moura, e já existia quando João Baptista de Castro publicou o «Mappa de Portugal» em 1745. Durou esta ponte de barcas até que em 1840, fazendo-se a nova estrada de Lisboa ao Porto, se construiu uma bella ponte de pedra sobre quatro pégões, com um rodizio ao centro para a passagem das embarcações. O arco é de ferro, fundido nas officinas do arsenal do exercito. Tem 18 metros de comprimento, com uma curva de 2 metros de altura no centro, e pesa 95 arrobas.

Quando se fez a actual linha ferrea construiu-se a nova ponte para assentamento da linha.

Veiu já feita de Inglaterra. Quando o governo tirou a empreza ao concessionario Hislop, deixou elle esta ponte por assentar, sendo encarregado d'este trabalho o engenheiro Black, auctor de outras obras de arte feitas n'esta linha.

SCENAS DA GUERRA PENINSULAR

(Vid. pag. 174)

A MENINA DE VAL-DE-MIL

X

DO QUE PÓDE UMA FOICE ROÇADOIRA

Os festejos do quartel general, e do theatro de S. Carlos, estavam em singular opposição com o doloroso descontentamento, que lavrava na capital, e se ia estendendo pelo reino.

Muitas causas contribuiam para este resultado, justificando a irritação successiva.

Tinham os francezes atravessado as provincias sem resistencia, e entrado em Lisboa com o titulo de amigos e alliados. O principe regente, retirando-se com a esquadra portugueza para o Brasil, esquivára-se ás consequencias da convenção de Fontainebleau, e provavelmente a scenas, como as que em Bayonna se preparavam para abrir, já tarde, os olhos ao infeliz Carlos IV de Hespanha, fazendo-lhe amargar com a perda da coroa e do dominio as insensatas condescendencias: todavia, as ordens, que deixára, partindo, ordens em tudo pacificas, haviam aberto as fronteiras, e franqueado o paiz aos generaes francezes, como a hospedes.

O proprio Junot, nas suas primeiras proclamações, assim se considerára e declarara.

Muitos homens illustrados, lamentando as fraquezas e os abusos inveterados do regimen absoluto, que já principava a entrar na decrepidez, tinham chegado a esperar uma renovação salutar nas coisas da governação. D'estes mesmos, porém, a grande maioria amava sinceramente a sua terra. Logo que lhes chegou o desengano, não foram esses dos mais remissos na indignação.

O desengano veiu com effeito breve e terrivel. Não passaram dos primeiros dias as complacencias dos novos protectores. Duraram estas apenas em quanto o general em chefe não teve em tôrno de si, restauradas e refeitas, as suas divisões, extenuadas e dispersas n'uma longa e precipitada marcha, destroçadas e reduzidas á penuria pelas inclemencias da estação e asperezas do transito.

Tanto que Junot viu segura a sua posição, extremamente precaria no principio, tanto que se assenhoreou das fortalezas e dos arsenaes, que lhe não haviam custado um tiro, appareceu na linguagem e nos actos, não já auxiliar, senão dominante.

O hospede, deitando a mão ás chaves da casa, tornára-se conquistador!

Estão frias as paixões d'esse tempo. A geração actual póde medir os factos com serena imparcialidade.

A geração actual, como as vindouras, sem colera, mas sem cegueira, ha de affirmar que a furia do povo portuguez teve razão, e foi atrozmente provocada. A historia justiceira eternamente qualificará de cilada odiosa o tratamento indigno, então infligido a uma nação illudida para ser ludibriada.

As guardas da cidade entregaram-se a francezes; impoz-se ao commercio um emprestimo forçado de dois milhões de cruzados, pagos no prazo peremptorio de vinte dias; as armas reaes foram espedaçadas no frontal de todos os edificios publicos; finalmente, como já de passagem se mencionou, á bandeira nacional substituiu-se no castello e fortalezas a bandeira das tres côres, bandeira de certo gloriosa, mas para nós estranha — peior ainda, um sêllo de oppressão.

E, deve dizer-se, o povo, como brioso, sentiu ainda mais os ultrages á nacionalidade, do que os ataques á fazenda.

Com estes actos as desconfianças começaram a degenerar em rancor entranhavel.

A ceremonia do descendimento da bandeira no castello de S. Jorge, celebrada com apparato pelo general em chefe á frente de tres a quatro mil homens formados em batalha no Rocio, causou sobre tudo uma consternação profunda e um resentimento ameaçador. A angustia, que o bom do capitão-mor manifestára com esta noticia, era a expressão de um sentimento geral.

A paixão patriotica rompeu desde então em protestos instinctivos e espontaneos. O que esta paixão havia de ser viu-se logo pelos primeiros indicios d'ella.

Seja-me licito esboçar, de leve e a correr, alguns d'esses prenuncios. A historia e o romance andam frequentes vezes de braço dado; e romances conheço eu — os de gente de consciencia — bem mais historicos do que muita historia.

Quando as tropas francezas foram substituir os soldados dos escassos regimentos portuguezes, que davam a guarnição, um official inferior commandava a guarda do Arsenal. Vendo este aproximar a força estrangeira que o ia render, formou a guarda, carregou armas, e, destacando um pelotão, avançou sobre os recemchegados, apesar de muito mais numerosos.

Acompanhava a guarda franceza um sargento da policia, tambem francez de nascimento, e creatura do famoso conde de Novion, o organisador e commandante d'este corpo.

O conde estava já bandeado com os seus compatriotas para apagar a nota de emigrado.

O sargento servia de lingua.

Notando as disposições hostis da guarda portugueza, e antevendo algum conflicto, muito para temer no meio de uma população já manifestamente adversa, fez dar a voz de alto á força franceza, e adiantou-se, sósinho, para o commandante portuguez.

O portuguez pela sua parte esperou.

— Que faz? — bradou o lingua aproximando-se afflicto.

— O que faço? Guardo o posto que me entregaram.

— Contra quem?

— Seja contra quem for.

— Pois não vê que o vem render?

— Quem?

— Os francezes.

— Não me deram ordem para entregar a guarda a estrangeiros.

— Mas ordenou-o o commandante em chefe.

— Qual commandante em chefe?

— S. ex.ª, o sr. general Junot.

— Junot! Não conheço nenhum general com esse nome.

— Quer deitar-se a perder! É o general do exercito francez.

— O general do exercito francez não é meu general.

O official commandante da nova guarda observava inquieto. Começava a reunir-se gente.

O lingua continuou a instar:

— Recusa obedecer aos seus superiores? Veja bem!

— Vejo. Aos meus superiores não desobedeço.

— Pois s. ex.ª...

— S. ex.ª, o sr. marquez de Vagos quer dizer, não? Esse é o governador das armas, que eu saiba. Não o póde ignorar, porque veste uma farda portugueza. Á ordem do sr. general marquez de Vagos entrego a guarda sem difficuldade. Traz ordem d'elle para confiar o arsenal de Lisboa a gente de fóra?

O sargento da policia reconheceu que a porfia seria inutil, porque a resolução do portuguez era formal: foi-se por tanto a conferenciar com o official francez.

Entretanto crescêra o ajuntamento. De vez em quando saiam do meio da turba algumas d'essas vozes vagas, que provocam os longos susurros de ira ou de motejo, ordinarios precursores da tempestade nas multidões.

D'ahi a um instante a guarda franceza retirou.

Veiu com effeito uma ordem escripta do general das armas da côrte para entregar a guarda. Só com esta ordem á vista consentiu o honrado portuguez em largar o posto.

Foi a ultima que assignou o velho marquez, e talvez o sacrificio lhe abbreviasse os annos, já então contados!

No tristissimo dia 13 de dezembro — o do descendimento da bandeira nacional — subiu a tal ponto o furor, que, pelos fins da tarde, chegou a levantar-se um serio tumulto no Terreiro do Paço, onde estava aquartelada uma parte da cavallaria franceza, nos barracões, alli então construidos para abrigo dos generos coloniaes, que não cabiam na alfandega.

Começára a pendencia por alguns chascos reciprocos, e em breve degenerára n'uma investida cega contra a guarda principal, que foi rapidamente desarmada.

Todas as tropas francezas aquarteladas na cidade saíram em som de guerra: a multiplicidade das precauções provou a grandeza do receio.

Posto não ter centro, nem direcção, nem unidade, o povo desafogava n'estas manifestações destemidas. Tornar-se-hiam ellas n'uma revolução terrivel, se alguem quizesse congregar os impetos que ferviam dispersos.

Só faltou um cabeça.

N'aquelle mesmo dia pozera a cidade os olhos no marquez de Alorna, general moço e de creditos. Atreveram-se muitos a saudal-o com vivas na presença do proprio Junot e das suas forças em parada, em quanto um silencio lugubre acolhia as acclamações dos francezes ao seu imperador. Alguns patriotas mais insoffridos foram até ao extremo de bradar-lhe:

— Salve-nos, sr. marquez!

A sua legião, alojada em Almada, esteve a ponto de passar o Tejo. Os regimentos portuguezes, fechados nos seus quarteis, bramiam impacientes.

Ninguem concertára isto. Era um estremecimento geral, resultado das repetidas affrontas, e da aleivosia evidente. Um signal bastára então, e Deus sabe o que elle acenaria ao futuro.

O marquez de Alorna afigurava-se a todos uma

esperança. O instincto produzíra um dia de unanimidade.

Esse dia passou, e a esperança desvaneceu-se.

Conheceu entretanto Junot que eminente perigo corrêra, e tratou de attenual-o.

A estas occurrencias seguiu-se a dissolução dos elementos militares, e o desarmamento geral do reino. Estimára-as acaso, como prevenção, o novo governo. Então reputou-se desassombrado o general em chefe. Tinha o seu corpo de exercito bem collocado, abastecido e municiado; tinha nos seus flancos os hespanhoes de Taranco e de Solano. Julgou opportuna a occasião para descarregar o ultimo golpe.

Tirou em breve até a apparencia da auctoridade aos governadores do reino. Os mais consideraveis estabelecimentos e as secretarias foram entregues a francezes. Dois decretos remataram o desengano e a desesperação.

Um d'estes decretos declarava que a casa de Bragança cessára de reinar; o outro impunha ao paiz uma contribuição de guerra de dezoito a vinte mil contos! [1]

Ficára unicamente o povo. O povo, só e desarmado, rugiu como um leão colhido no laço.

Com taes provocações o odio tornou-se cada vez mais intenso. As suas provas eram frequentes. Amiudaram-se as rixas, muitas vezes mortaes para os francezes, apesar da vigilancia dos generaes e da promptidão e severidade das repressões. Os aggravos recebidos armavam a cada momento os braços.

Infinitos accommettimentos parciaes exordiaram e presagiaram a lucta da independencia. As insignias d'esta haviam desapparecido; mas o espirito nacional vivia.

Bastava!

Entre varias contendas sanguinolentas, occorrêra em Mafra, pelos fins de janeiro, um caso tão notavel como lastimoso.

Era ao cair da tarde. O dia estivera pesado e chuvoso. A densidão nublosa rompêra-se por fim, deixando ver o azul do ceo. Um raio de sol filtrava ainda por entre as nuvens encastelladas ao poente.

Um homem alto, robusto, e na força da edade, subia as ingremes ladeiras da estrada tortuosa, se estrada se podia chamar, que então, bem differentemente de hoje, ligava as duas villas da Ericeira e de Mafra.

Dos trajos e modos rusticos via-se que era do campo. Trazia ao hombro um feixe de lenha, e na mão uma roçadoira. Vinha evidentemente dos bastos pinhaes que, além de Mafra, se estendem pelas encostas na direcção do mar, e aspirava com visivel satisfação as emanações balsamicas e puras do Oceano. Notava-se-lhe aquella plenitude da vida, em que o homem forte parece dilatar-se depois de uma longa e rude fadiga.

Todas as povoações importantes na linha da costa, desde o cabo da Roca até S. Martinho, regorgitavam de francezes. A esquadra ingleza do bloqueio de Lisboa, indo por vezes fundear na bahia de Cascaes sob o commando do almirante Cotton, inspirava serios receios a Junot, e obrigava-o a estar continuamente de atalaya sobre o litoral.

Para este effeito, apenas reunira o exercito na capital, mandára logo escalonar nos pontos citados a segunda divisão, commandada pelo general Loison, que em Portugal deixou a alcunha tristemente popular de «Manêta.»

Mafra e Torres Vedras eram naturalmente o centro d'estas forças, e os caminhos das immediações andavam coalhados de soldados d'ellas.

O homem não se admirou, pois, de ver vir do lado de Mafra, coisa de um quarto de legoa da villa, dois d'estes intrusos. Eram ambos fusileiros do 58.º regimento de linha, e pareciam soffrivelmente alegres.

Não encarava o nosso camponio com muito bons olhos os hospedes insolentes; mas, como pacifico, ia fazendo a vista grossa, contentando-se com praguejal-os mentalmente.

Por desgraça de todos, um dos fusileiros reparou no feixe de lenha, e cubiçou-o para combater o frio do inverno, que n'aquellas alturas é ás vezes rigoroso: segundo o costume, deitou-lhe a mão sem mais ceremonia.

O homem era pacifico, mas não soffredor. Gostou pouco da graça, e, na impossibilidade de explicar-se por palavras, quiz por gestos fazer comprehender aos soldados que, sendo a lenha propriedade sua, e producto do seu trabalho, não duvidaria repartil-a, mas não estava disposto a cedel-a por inteiro.

Os soldados, ou por não comprehenderem a mimica um pouco primitiva do aldeão, ou por obstinação malevola, insistiram, ameaçando, e quizeram á força apoderar-se do disputado feixe, que o homem deitara ao chão para mais desembaraçadamente o defender.

Impaciente da teima iniqua, e falto já de expedientes suasorios, o matteiro recorreu á *ultima ratio* de um murro athletico, que estatelou na estrada, espirrando sangue, o mais emprehendedor dos dois.

O camarada do francez, vendo a acção, arrancou do terçado e investiu furioso ao camponio.

A roçadoira girou no ar, e estendeu agonisante o aggressor. O outro, levantando-se, quiz intervir, e teve n'um relance a mesma sorte.

N'isto sentiu-se tropel de ginetes. Era um piquete de caçadores a cavallo, que vinha da Ericeira, ao mando de um moço tenente.

Os caçadores, avistando a lucta, metteram a galope. Melhor montado, o tenente tomou-lhes a dianteira.

Quando o camponez quiz fugir, tinha já sobre si o cavalleiro.

Estava cego o homem. Em vez de render-se, esperou afoitamente o encontro. Pulando para o lado, furtou o corpo á espada e ao choque do cavallo, e com a roçadoira incansavel, sem calcular as consequencias, atirou um golpe tremendo ao official, que não pôde totalmente aparal-o, e caíu tambem banhado em sangue.

As boccas de dez pistolas foram instantaneamente apontadas ao resoluto matteiro. O matteiro não teve remedio senão ceder ao numero e ás armas dos cavallarias.

Vinte e quatro horas depois, o infeliz, que se chamava Jacintho Corrêa, summariamente julgado, sem ser ouvido, tinha sentença de fusilamento.

A heroica serenidade do portuguez assombrou os seus proprios verdugos. Em frente do pelotão, formado para o espingardear, arrancou o lenço com que lhe tinham vendado os olhos.

— Quero ver a morte — disse.

Depois, voltando-se para os espectadores d'esta

[1] A proclamação do general Junot, datada de Alcantara, de Hespanha, em 17 de novembro de 1807, dizia:

«Um exercito francez váe entrar no vosso territorio! Elle vem para vos tirar do dominio inglez, e faz marchas forçadas *para livrar a vossa bella cidade de Lisboa* da sorte de Copenhague. Mas será d'esta vez illudida a esperança do perfido governo inglez. Napoleão, que fitou os olhos na sorte do continente, viu que prêza o tyranno dos mares anticipadamente devorava em seu coração, e não soffrerá que ella cáia em seu poder. O vosso principe declarou guerra á Inglaterra: *nós, pois, fazemos causa commum.*»

O decreto de Napoleão, datado de Milão, em 23 de dezembro, do mesmo anno, posto que só publicado em fevereiro seguinte, dizia:

«Artigo 1.º—Uma contribuição extraordinaria de guerra, de cem milhões de francos (depois reduzida a quarenta, por impossibilidade de obter o pagamento) será imposta sobre o reino de Portugal, *para servir de resgate de todas as propriedades, debaixo de quaesquer denominações que possam ter, pertencentes a particulares.*»

É de um interesse historico evidente a acareação d'estes dois documentos, que reciprocamente se commentam. Como ha de a justiça da posteridade qualificar taes actos? Bom é que elles não esqueçam, para acautelar illusões.

triste scena, continuou sem a mais leve commoção na voz:

— Se todos fizessem como eu, já não havia um francez em Portugal! [1]

Por fim, encarando fito os soldados, que esperavam a voz de fogo, bradou-lhes com a mesma tranquillidade, apontando para o coração:

— Aqui... matem-me, que matam um homem!

E caiu varado.

Foi um dia de lucto na villa. Depois d'esse dia, nos campos cumvisinhos, nenhum francez podia desmandar-se sem risco de encontrar mais Jacinthos Corrêas, que não esperavam tanto como o primeiro.

N'este ponto o leitor fará provavelmente a seguinte reflexão:

— A anecdota do matteiro fusilado, e da roçadoira patriotica, póde ser muito interessante; mas que tem ella com a menina de Val-de-mil?

O que tem? A seu tempo o veremos.

Ninguem póde antever o encadeamento mysterioso dos acontecimentos. Quando se verificar de que importancia foi para esta mui veridica historia o tragico successo, reconhecerão todos a incontestavel influencia que uma roçadoira póde exercer nos destinos d'uma donzella.

MENDES LEAL JUNIOR



Uma paizagem de Angola

Foi copiada esta estampa da viagem do dr. Livingston ao interior da Africa, onde, fallando elle do bom acolhimento que recebeu das auctoridades portuguezas da provincia de Angola, desenha a tipoia, que lhe foi dada para sair a passeio, no momento em que os escravos pararam para descançar, debaixo de um enorme boabab (Vid. pag. 55).

Esta viagem está já traduzida em francez e hespanhol, e é tida como um escripto dos mais notaveis sobre a Africa central, porque são desconhecidos os muitos livros portuguezes que temos a respeito de muita parte d'Africa que o missionario inglez percorreu.

Citaremos algumas, para que os estranhos não supponham que o inglez foi o primeiro que fez tão penosas viagens.

«Ethiopia Oriental», de fr. João dos Santos, 1609. — «Relação e descripção de Guiné», pelo capitão André d'Almada, 1733. — «Memoria sobre as colonias de Portugal situadas na costa d'Africa», pelo conde de Porto Santo, 1839. — «Descoberta e occupação de Guiné só pelos portuguezes, ou refutação das modernas pretenções da França áquella descoberta», por Cypriano José Rodrigues das Chagas, 1840. — «Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, por mandado de D. Affonso v», de Gomes Eannes de Azurara, 1841. — Memoria geographica e politica das possessões portuguezas na Africa occidental», por Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes, 1834. — «Memoria sobre os felups, gentios da Guiné portugueza», por José Joaquim Lopes de Lima, 1836. — «Memoria sobre as colonias de Portugal, situadas na costa occidental d'Africa», dada á luz pelo visconde da Carreira, 1839. — «Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos dos portuguezes na costa d'Africa occidental», 1841. — «Descobrimento dos portuguezes na costa occidental d'Africa», na Revista Litteraria de 1841. — «Relação curiosa, e descripção geographica das terras de Moçambique, e Rios de Sena, e interesses que podem tirar das mesmas terras os que as povoarem e cultivarem», 1755. — «Ensaios Estatisticos» de Lopes de Lima, continuados por F. M. Bordalo, 1844-59. — «O Muata Cazembe», pelo major Gamitto, 1854. E outros muitos, de que não podêmos agora fazer

[1] Historico.

menção. Mas bastam estes para se conhecer que, antes de Livingston, tinham muitos escriptores nossos tratado d'esta e d'outras partes d'Africa, e que se fossem traduzidos em lingua mais conhecida, mereceriam de certo a attenção dos geographos e viajantes modernos.

RASPAIL

(Vid. pag. 178)

Como escriptor scientifico, Raspail principiou por uma memoria apresentada á academia das sciencias de Paris em 1824 «sobre a formação do embrião vegetal e a organisação da flor.» Alguem lhe disse que não tinha necessidade de procurar empenho para os academicos, que bastava só inscrever-se, pondo o seu nome. Não aconteceu assim. A memoria foi lida muitos mezes depois, e a academia apenas animou o joven auctor com palavras triviaes. Só o eminente naturalista Geoffroi Saint-Hilaire previu o alcance de um systema physiologico que hoje passou já ao estado de certeza. No fim da sessão Saint-Hilaire veiu felicitar Raspail e, batendo-lhe no hombro, proferiu estas memoraveis palavras:

—Animo! passastes-lhes já cincoenta annos adiante.

Referia-se aos academicos ramerraneiros, e que tem mais medo das innovações, que as crianças do papão.

Não obstante este mallogro da primeira tentativa, Raspail continuou a apresentar á academia memorias sobre memorias, mas com o unico fim de satisfazer aos programmas, porque nem sequer tratava de saber quaes eram os pareceres que sobre ellas se davam.

E, todavia, a principio, Raspail fazia tanto caso do voto da academia, que no prefacio do *Novo systema de physiologia vegetal* se exprime, a este respeito, por estas notaveis palavras:

«Será difficil hoje comprehender o respeito religioso que eu tinha pela academia das sciencias, n'aquelle tempo (1825). A critica jornalistica não tinha ainda penetrado com o seu facho n'aquelle sanctuario: escutava, mas não analysava. O jornalismo reconhecia a sua incompetencia scientifica: o vôo que depois tomou é quasi dos nossos dias. Pelo menos eu, que então não conhecia nenhum academico, comparava, no meu profundo acatamento, cada socio da academia, áquelles venerandos benedictinos de S. Mauro, que não se desvaneciam com a sciencia, e acolhiam com affabilidade paternal a quantos os procuravam. Não lhes suppunha outra ambição que a de estudar e ensinar; outra rivalidade, senão a que existia entre Ducange e Mabillon — a rivalidade da modestia».

«Ainda me lembro de que tremia como varas verdes, no dia em que no pateo do instituto me atrevi a fallar a um academico. Era o fallecido Desfontaines, professor de botanica no museu. Fui pedir-lhe que me facilitasse a leitura de uma pequena memoria, n'uma das sessões semanaes da academia».

— De que trata? me perguntou elle com severidade.

— De botanica, lhe respondi. Não ousei proferir a palavra physiologia, tanto receava eu não ter chegado a tão alto!

— De botanica? São plantas novas ou exoticas?

— Não, senhor, são orgãos novos e novas analogias.

A estas palavras Desfontaines voltou-me as costas, como se eu tivesse proferido uma injuria a que elle desdenhasse retorquir.

Poucos annos depois, a academia estava resolvida a conferir o premio Montyon ao *Novo systema de chimica organica*, que tinha já recebido a approvação de outras corporações scientificas, quando Guizot, então ministro da instrucção publica, se oppoz decididamente.

A opposição que este famoso publicista fazia ao celebre chimico era-lhe soprada pelo demonio da politica. Guizot tinha mandado offerecer a Raspail o auxilio do governo para a propagação da sua obra, se elle se retirasse da politica, e se entregasse unicamente á sciencia. Raspail era então redactor principal do *Reformador*, jornal violentamente hostil ao ministerio doutrinario. Mas elle recusou a proposta com indignação, continuando com mais vehemencia a verberar o ministro corruptor, e a sua politica. Tal foi a origem do rancor entre estes dois homens celebres da nossa epocha.

Guizot, temendo que a academia se visse forçada por maioria de votos a praticar aquelle acto de justiça, fez com que Raspail fosse preso, sob o pretexto de uma conspiração forjada pela sociedade organisada para pagar as multas impostas aos jornaes por abuso politico, da qual Raspail fazia parte.

Este meio torpe surtiu o effeito.

A academia, n'aquelle tempo, não ousava coroar um preso politico. O jury absolveu Raspail; mas o premio Montyon já estava dado a outrem.

O que porém Guizot não pôde evitar, foi que a chimica organica se traduzisse em allemão, inglez e italiano; nem que seja considerada como um dos grandes inventos do seculo XIX.

Se como homem de sciencia, Raspail goza da reputação que temos visto, ainda é mais respeitado o seu caracter moral, a sua austera probidade. Os seus proprios inimigos politicos, e os adversarios medicos, n'este ponto não tem ousado fazer-lhe brecha, como nos outros, em que, havemos de confessar, tem fraquezas deploraveis.

Os seus discipulos do seminario de Avinhão, elevados depois a altos cargos, conservaram sempre as mais gratas recordações do caracter e talento de Raspail. Um d'elles, mr. Vilain, hoje ministro dos negocios estrangeiros da Belgica, quando Raspail requereu licença para ir residir em Bruxellas, e o governo lh'a quiz recusar, declarou aos ministros, que na qualidade de membro do corpo legislativo o seu domicilio era inviolavel, pelo que Raspail seria seu hospede.

Alguns actos da sua vida privada nol-o darão ainda melhor a conhecer como homem de bem.

Quando sua mãe enviuvou, foi obrigada a vender a modesta casa de pasto que tinha seu marido José Raspail, para pagar aos credores. Restou-lhe uns cem escudos, que ella, sabendo da penuria de seu filho, lhe remetteu immediatamente pelo correio. Este, porém, devolveu-lh'os taes quaes, escrevendo-lhe:

«Ainda que eu estivesse a morrer de fome, não acceitaria um ceitil da vossa mão, sabendo que estaes tão pobre como eu.»

Foi sempre amantissimo de sua mãe; e muitas vezes repete, que o seu maior pesar é não ter podido ir a Carpentras quando ella falleceu, para ajoelhar ao pés do seu ataúde.

Por vezes se tem achado reduzido a extrema pobreza, sem comtudo se dobrar ás tentações e offertas dos que conhecem a valia do seu talento. Pelo contrario, quanto mais pobre estava, tanto mais evitava ter relações com pessoas abastadas. Estando por mestre em casa de uma familia poderosa, houve uma occasião em que suppoz o haviam tratado desattenciosamente; e esta suspeita foi bastante para que elle no mesmo instante saisse da casa, sem se despedir, nem tão pouco pedir os honorarios que tinha vencido.

Quando acabou o tempo de prisão a que fôra condemnado pelos artigos do *Reformador*, Raspail foi occultar a miseria a que se achava reduzido, n'uma pobre casinha de Montrouge, sob o nome de mr.

François. Ahi não quiz contrahir uma só divida, nem sequer fazer alguma anticipação, que facilmente obteria do livreiro que publicava as suas obras. N'este cubiculo esteve mettido quinze mezes sem saír de casa, redigindo o seu famoso *Tratado de Chimica Vegetal*, sustentando-se unicamente de batatas, e tomando no collo um filho que tinha ainda de peito, em quanto sua mulher fazia o trabalho de casa. E, comtudo, nunca perdeu a jovialidade habitual, nem o amor ao trabalho.

Amava sua mulher em extremo, e ella merecia-lh'o, porque foi para seu marido um anjo consolador em todos os seus trabalhos e prisões. Mad. Raspail, de humilde costureira tornou-se mulher do celebre chimico, quando elle, já áquelle tempo tão conhecido pelas suas obras, podia contrahir um matrimonio vantajoso, isto é, podia escolher esposa rica e formosa. Mad. Raspail, como já dissemos, era muito feia, porém tinha dotes mais raros que os da belleza, tinha os do coração. Era de animo varonil e de uma dedicação heroica. Em todas as prisões seguiu seu marido, e com receio que os seus inimigos o envenenassem, não consentiu nunca que outrem lhe preparasse a comida senão ella. Nos ultimos annos da sua atribulada existencia ninguem a conhecia, era um verdadeiro espectro. Morreu martyr, succumbindo a tantos trabalhos e privações.

Raspail teve cinco filhos d'este santo consorcio, quatro rapazes e uma menina. O mais velho tem 37 annos, chama-se Benjamin Raspail, é pintor de paizagem, e foi membro da assemblea legislativa. Este vive actualmente com seu pae e sua irmã em Bruxellas. E elle que faz os desenhos para as estampas das obras de seu pae. O segundo é medico, o terceiro architecto, e o ultimo estudante de direito.

O amor que teve a sua mulher eguala o que tem a seus filhos. O mais velho foi um dia corrido á pedra pelos moradores de Epinay, só pelo facto de ser filho do democrata Raspail. Das contusões que recebeu se lhe originou um tumor no joelho esquerdo, que aggravando-se, foi necessario fazer-lhe operação. Estava a esse tempo Raspail com sua familia na casinha de Montrouge. Soube-se que o homem conhecido na visinhança por mr. François, era o celebre chimico Raspail, porque uma noite muitas carruagens pararam á sua porta, e d'ellas se apearam Lisfranc, Blandin, Thierry, Breschest, Pinel, Grandchamp, Ricord, todos os principes da medicina e da cirurgia. Tinham combinado elles, de seu moto proprio, ir fazer uma junta ao filho de Raspail, querendo assim dar ao seu famoso emulo na sciencia, uma prova de homenagem ao talento e ao infortunio. A ferida era irremediavel, e todos votavam pela amputação. Raspail, a pedido de seu filho, foi quem lhe segurou na perna. Vendo o escalpelo retalhar as carnes, e sentindo o ranger da serra nos ossos do filho, o pae teve animo para supitar o grito da natureza, incitando o padecente, com palavras e gestos, a soffrer o corte; mas apenas se acabou, caiu redondamente no chão, e por mais de uma hora esteve sem recobrar os sentidos.

Tal é, em resumo, a vida publica e privada do homem que tem dado brado em ambos os mundos.

Além do *Manual da Saude*, traduzido em varias linguas, e que na portugueza tem já muitas edições, a obra mais notavel de Raspail é a *Historia Natural da Saude e da Doença*, 3 vol. in-8, com figuras de madeira intercaladas no texto, e vinte estampas gravadas em aço por seu filho Benjamin, de quem são tambem os desenhos.

Esta obra tem sido julgada diversamente pelas differentes escholas de medicina. Não temos voto na materia, por isso nos não atrevemos a optar por nenhum dos juizos proferidos por homens eminentes nas sciencias que ella contém; mas a simples leitura revela, ainda aos menos instruidos, que profunda intelligencia, alta philosophia, muita erudição historica, e grande saber de chimica e botanica, contribuiram para a feitura d'este livro.

Os seguintes periodos textualmente traduzidos do prologo da terceira edição, concluida este anno, darão ao leitor idéa cabal da importancia que o auctor liga a este novo ou renovado trabalho; e juntamente lhe darão noticia do seu modo de viver no desterro a que voluntariamente se condemnou.

«Ha muito tempo que a segunda edição d'esta obra está completamente exhaurida. Sabemos que a terceira é esperada com impaciencia, mas não nos tem sido possivel publical-a mais cedo, porque o nosso systema de medicação tem progredido tanto desde que publicámos aquell'outra até hoje, que não deviamos reproduzil-a sem as indispensaveis addições.

Uma verdadeira revolução nunca fica estacionaria; a sua marcha é progressiva, invasora, e destructiva do passado, que vae desabando sob seus passos. É por isso que entre a terceira e segunda edições ha já um abysmo talvez egual ao da primeira, e todo o passado da medicina hippocratica. As verdades conhecidas invocam outras verdades novas; explicam-n'as d'ante mão, e preparam-n'as anticipadamente. Sobrevem depois a experiencia que as confirma, e que balisa o caminho que nos guia ainda a outras verdades.

Esta obra de demolição e reformação tem-n'os levado dez annos de vida e de trabalho, sem que nenhuma especie de machinação, movida pelos nossos eternos inimigos, haja podido retardar-lhe a marcha, um instante sequer. Temol-a proseguido, tanto nas prisões mais soturnas, mais ermas, e mais doentias da nossa patria, como aos raios do sol do exilio; tanto atormentado pelos mais covardes e deshumanos rigores dos carcereiros, como no seio da paz e agasalho da hospitalidade, até que, sempre com a penna na mão direita, e o açoite na esquerda para corrigir os insolentes que nos injuriam, o exilio nos deu, em terra estranha, um asylo solitario, mas circumdado de sympathia e de flores. Tanto n'uma como n'outra fortuna, a nossa alma e o nosso espirito tem-se conservado sempre independentes da materia e do espaço, não se deixando succumbir ás desventuras, nem distrahir com o lisonjeiro acolhimento que recebi n'este reino, tal que se não poderá citar segundo exemplo. E tanto, que se acaso algum dia soar a ultima hora do meu desterro, não poderei nunca lembrar-me da Belgica senão com sentimentos de gratidão.

Como disse, o systema d'esta nova medicina tem progredido por tal fórma nos ultimos dez annos, que a segunda edição da *Historia natural da saude e da doença* já se não póde considerar em mais que uma simples tentativa, ou como programma d'esta recente edição. Os principios fundamentaes d'este edificio conservam-se taes quaes, porém da-se-lhe mais luz; a cumieira e remate foram levantados sobre um risco mais vasto, e com amplificações que lhe dão ares de um edificio novo.

Os que tem seguido os nossos escriptos durante esta década, sem se deixarem intimidar pelas ameaças do obscurantismo que ha tres annos conspira contra o derramamento da luz; os que tem auxiliado fielmente a publicação da *Revista Elementar*, que nós redigiamos em Vincennes, tendo cem boccas de fogo por carcereiros, e a *Revista Complementar* que redigimos ha quatro annos na tenda do exilio, com as portas abertas, mas guardada, noite e dia, por uma hospitalidade que só pelo coração póde ser comprehendida; estes nossos leitores poderão dar testimunho de quantas demonstrações e applicações temos

sido obrigados a juntar á primeira edição, para a nivelarmos com a esphera, embora mais limitada, do nosso *Manual*.

Temos até agora conversado com os nossos amigos e assignantes; quanto aos detractores e importunos, que não sabendo em que hão de occupar o seu tempo, tratam de fazer perder o dos outros, a esses diremos que estamos publicando simultaneamente tres obras: a *Revista* e o *Manual* de cada anno; que temos os dias e horas distribuidos de maneira, que nem sequer um instante sisâmos á escripta e experiencias de que nos occupâmos para satisfazer a esta triplice redacção; que não esperdiçâmos nem um minuto a saber o que váe pelo mundo, nem um segundo tirâmos para recreio; que passâmos a vida como se estiveramos n'um sepulchro; que morremos para a ociosidade, e que só resuscitâmos dois dias por semana, não para receber visitas de conversação, mas os doentes que tragam attestado de que residem fóra da Belgica. Ás quintas e domingos, das duas ás cinco da tarde, ouvimos todos os doentes que nos procuram, e não fechâmos a porta sem ter aviado até o ultimo. Em nenhum outro dia recebemos, seja quem for.

Póde-se ser para muito com ordem e methodo: sem isto, por mais que o homem faça, não presta para nada.

Dos sete dias da semana consagrâmos dois ao exemplo e á pratica; não são de mais os cinco dias que restam para redigir e corrigir a lição e os preceitos.»

DEVOÇÕES E LENDAS RELIGIOSAS

II

PROCISSÃO DO FERROLHO

Já advertimos, que por muitos votos religiosos e romarias populares, se podem determinar as epochas e os successos prosperos ou calamitosos da nossa terra.

O voto e procissão de que hoje fazemos memoria, como de coisa já extincta que é, marca a ultima peste geral, das que por tantas e tão repetidas vezes devastaram este reino.

Remonta aos fins do seculo XVI a origem da procissão da cidade, vulgarmente chamada do *ferrolho*, pelo motivo que adiante apontaremos.

Fallam superficialmente d'esta procissão, D. Antonio Caetano de Sousa, no *Agiologio Lusitano;* Carvalho, na *Chorographia Portugueza;* Agostinho de Santa Maria, no *Sanctuario Mariano;* João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*. Mais por menor a conta o auctor anonymo, jesuita do collegio de S. Francisco Xavier d'esta capital, no volume manuscripto que se conserva na bibliotheca nacional de Lisboa. Porém, onde vem historiada compridamente, é n'um livro bem pouco conhecido, com o titulo de *Aguia da Penha*, publicado por fr. Carlos de Mello, prior do convento da Penha de França, em 1707, o qual diz—que na livraria d'aquelle convento foram achados, sem titulo e sem auctor, os dezenove capitulos que aqui vão bem e fielmente copiados, escriptos em letra antiga de mão, encadernados em pergaminho, com a mesma phrase e orthographia que ha cento e tantos annos se usava, porque na era de 1578 teve principio a imagem de Nossa Senhora da Penha de França, como consta do segundo capitulo; e pouco depois, como n'elle se vê, é que o religioso escreveu esta obra, como se infere de dizer que, quando a escreveu, ainda era vivo Antonio Simões, auctor da imagem.

D'este livro, pois, e do manuscripto da bibliotheca publica, resumiremos a lenda da procissão do ferrolho.

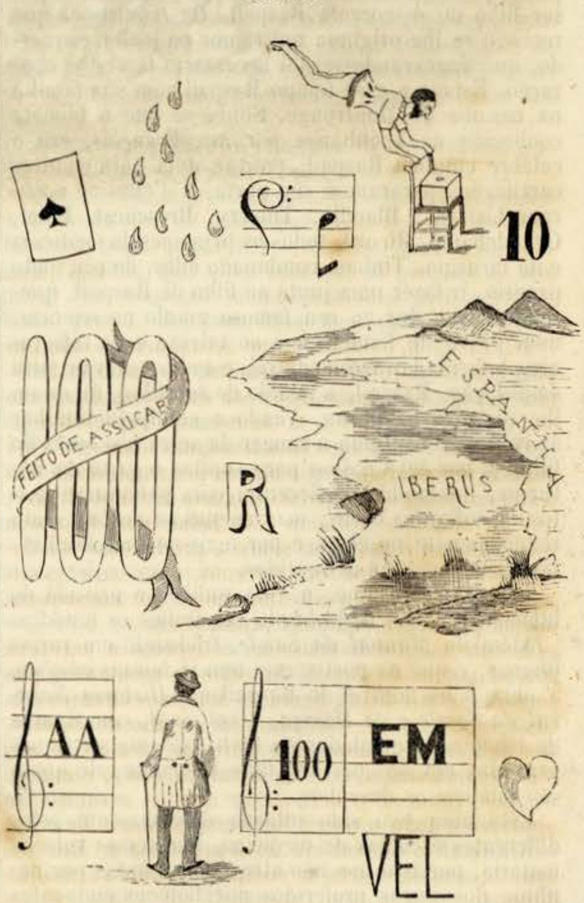
«Antonio Simões, official doirador, que ainda hoje vive (1615), natural e morador n'esta cidade de Lisboa, passou com el-rei D. Sebastião á Africa n'aquella desastrada jornada que a ella fez no anno de 1578. E vendo-se na batalha de Alcacer no grande perigo em que geralmente todos estavam, por escaparem poucos de mortos ou captivos, como é notorio, e cada um experimentou em sua casa, na de amigos, visinhos e parentes; prometteu a Nossa Senhora, que se o livrasse do apertado perigo em que se via, vindo á sua terra lhe havia de fazer nove imagens de invocações differentes. Acceitou-lhe a Senhora, parece, esta promessa, porque feita ella, sem saber o como, se viu livre do campo sem haver quem lh'o impedisse, e d'alli veiu em paz e em salvo a esta cidade.

Reconhecido elle da mercê que Deus lhe fizera por intercessão de sua Mãe Santissima, a quem se encommendára, começou logo a dar á execução seu voto (que os que se fazem a Deus e aos seus santos, quer elle se cumpram, e de necessidade se hão de pôr em effeito), e assim lhe fez sete imagens de differentes invocações.

Querendo fazer a oitava, reparou na invocação que lhe poria, e n'este cuidado e pensamento andou vacillando muito tempo, andando em todo elle perplexo, confuso, cuidadoso e mui desconsolado juntamente, por não poder acabar de resolver-se; dava-lhe grande pena o não lhe occorrer nova invocação para esta oitava imagem (que não lhe queria pôr nenhuma das communs e ordinarias). Andando, porém, assim n'esta consideração pia, houve por bem a Senhora da Penha de França de o tirar do grande cuidado e desconsolação em que o tinha posto.

(Continua)

ENIGMA



Lisboa — Typographia de Castro Irmão — rua da Boa-Vista— Palacio do Conde de Sampaio.